

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 27/11/2018

- [TJPE define cronograma de instalação do PJe até 2019](#)
- [Adolescentes têm amplo acesso à compra de cigarros, constata Inca](#)
- [MEC lança plataforma digital para melhorar ensino médio](#)
- [Primeira infância é fundamental para o desenvolvimento de adultos saudáveis](#)
- [Depressão deve ser prevenida a partir da infância, dizem especialistas](#)
- [Ações contra exploração de crianças na internet prendem 61 suspeitos](#)
- [Debatedoras criticam guarda compartilhada de filhos em casos de violência contra a mulher](#)
- [Depoimento especial - Rio instala mais nove salas para ouvir crianças](#)
- [Associações de auxílio a crianças com microcefalia denunciam golpe](#)
- [Porteiro corta cabelos de crianças em ação voluntária em escola de Olinda](#)
- [ONU denuncia que seca tem levado afegãos a vender seus filhos](#)
- [Cartinhas de Natal do Movimento Pró-Criança ainda podem ser adotadas](#)
- [Fóruns da infância divulgam atas e enunciados de suas últimas edições](#)
- [MPPE recomenda que novo curador do Lar Rejane Marques seja nomeado para receber BPC de crianças e adolescentes com deficiência](#)
- [CIJ/CNMP realiza visitas técnicas a unidades de cumprimento de medidas socioeducativas e de acolhimento institucional no Maranhão](#)

Assunto: TJPE define cronograma de instalação do PJe até 2019

Fonte: Tribunal de Justiça de PE

Data: 27/11/2018



O Comitê Gestor do Processo Judicial eletrônico (PJe) do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) definiu o cronograma de implantação do sistema para o próximo ano. Porém, ainda em 2018, nesta segunda-feira (26/11), o Judiciário estadual implantou, em regime de projeto piloto, o processamento das medidas protetivas de urgência previstas na Lei Maria da Penha – Lei 11.340/2006, de acordo com a Instrução Normativa 28/2018.

A medida, inicialmente, alcança três Varas de Varas de Violência Doméstica e Familiar Contra Mulher (VVDFM) do Recife com demandas a partir da 1ª Delegacia Especializada de Atendimento da Mulher, localizada no bairro de Santo Amaro. Em relação a 2019, seguem as unidades contempladas com as datas de instalação agendadas para o próximo ano:

Câmaras de Conciliação e novos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania: 11 de fevereiro

Varas da Infância e Juventude da Capital (Fluxo Cível): 09 de abril

Varas da Infância e Juventude da Região Metropolitana do Recife (Fluxo Cível): 15 de maio

Varas Regionais da Infância e Juventude (Fluxo Cível): 04 de julho

Varas Únicas – Infância e Juventude (Fluxo Cível): 09 de agosto

Plantões Judiciários (1º Grau): 05 de setembro

Corregedoria Geral de Justiça: 04 de novembro

Assunto: Adolescentes têm amplo acesso à compra de cigarros, constata Inca

Fonte: Agência Brasil EBC

Data: 27/11/2018



O Instituto Nacional do Câncer (Inca) divulgou pesquisa em que constata que, apesar de a legislação brasileira proibir a venda de cigarros para menores, a ampla maioria dos adolescentes têm acesso ao produto, em um claro desrespeito à lei, o que contribui para o aumento na iniciação de jovens no tabagismo.

Divulgada durante a solenidade comemorativa ao Dia Nacional de Combate ao Câncer, em conjunto com o Ministério da Saúde, o estudo “*Descumprimento da legislação que proíbe a venda de cigarros para menores de idade no Brasil: uma verdade inconveniente*”, concluiu que os adolescentes brasileiros conseguem comprar cigarros com facilidade tanto no comércio varejista formal quanto no informal ambulante, em desrespeito à lei e ao Estatuto da Criança e do Adolescente, que proíbem a venda para menores de 18 anos.

Publicado no *Jornal Brasileiro de Pneumologia*, o estudo indica que 86,1% dos fumantes entre 13 e 17 anos que tentaram comprar cigarros em alguma ocasião nos 30 dias que antecederam à pesquisa não foram impedidos”. Segundo o levantamento, a proporção de êxito na compra chegou a 82,3% entre adolescentes de 13 a 15 anos e 89,9%, entre os de 16 e 17 anos.

Trabalho

O trabalho do Inca e do Ministério da Saúde toma por base dados de 2015 da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE), realizada a cada três anos com estudantes de escolas públicas e privadas em todos os estados brasileiros.

Para a co-autora do estudo, médica do Inca Tânia Cavalcante, essa constatação “é muito grave, pois o descumprimento da lei que proíbe a venda de cigarros a menores pode ter contribuído para a reversão da tendência histórica de queda na iniciação ao fumo no Brasil”. Ela ressalta o fato de que dados da PeNSE mostram um aumento na proporção de fumantes entre 13 e 17 anos, de 5,1% em 2012, para 5,6% em 2015.

“Essa violação está permitindo que nossos adolescentes se iniciem na dependência à nicotina, ” alerta a médica. “A idade média de iniciação ao consumo regular de cigarros no Brasil é de 16 anos, segundo dados da Pesquisa Nacional de Saúde do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ”, disse.

Combinação explosiva

Já para o pesquisador do Inca André Szklo, autor principal do estudo, a “combinação explosiva e perfeita” para que a iniciação ao fumo volte a crescer entre adolescentes consiste nos seguintes fatores: o amplo acesso à compra, inclusive de cigarros a varejo (unitários); o baixo preço dos

cigarros legais, decorrente do congelamento dos preços mínimos (apenas R\$ 5 por maço com 20 cigarros), além das alíquotas de impostos.

“Os ainda menores preços dos cigarros ilegais contrabandeados do Paraguai, a exposição dos maços perto a doces e balas nos pontos de venda e o ainda permitido uso de aditivos mentolados e adoçados - que mascaram o gosto ruim do tabaco nas primeiras tragadas da iniciação - contribuem ainda mais com a citada combinação explosiva”.

O trabalho também mostra que os adolescentes não enfrentaram grande resistência para comprar cigarros no comércio legal. Entre os estudantes de 13 a 17 anos que compraram cigarros regularmente nos 30 dias anteriores à pesquisa, 81,1% adquiriram os produtos em lojas ou botequins, e não no comércio ambulante (camelôs).

Recomendações

O estudo recomenda os poderes federais, estaduais e municipais “a adotarem ações educativas e de fiscalização, inclusive por meio de ações conjuntas com organizações representativas do comércio varejista e com os sindicatos que representam o setor jornalístico e outros estabelecimentos comerciais”.

Conclama, ainda, órgãos como o Ministério Público, a promoverem “um termo de ajuste de conduta junto às companhias de tabaco que abastecem a ampla rede de varejistas em todo o território nacional para que essas assumam parte da responsabilidade de fazer cumprir a lei que proíbe a venda de cigarros a menores”.

Ziraldo

Na solenidade, na sede do Inca, também foi celebrado o vigésimo aniversário do Programa Saber Saúde, que incluiu o lançamento da exposição virtual “Saber Saúde: 20 Anos – Educação para o controle do câncer no Brasil”, além de uma homenagem ao cartunista Ziraldo, responsável pela ilustração de todo o material do programa.

Ele elaborou, a partir do fim dos anos 1980, artes que foram a base para as campanhas educativas do Programa Nacional de Controle do Tabagismo. “Em contraste com as campanhas anteriores de controle do câncer, que apelavam para o medo e conclamavam para uma guerra contra a doença, Ziraldo abordou os temas pelo viés lúdico, característico do seu trabalho”, daí a solenidade ter promovido a homenagem ao cartunista pela sua imensa contribuição para a saúde pública no país.

Programa

Gerenciado pelo Instituto Nacional do Câncer, o Programa Saber Saúde de Prevenção do Tabagismo e de Outros Fatores de Risco de Doenças Crônicas forma profissionais da educação e da saúde para trabalharem nas escolas conteúdos relacionados à promoção da saúde com crianças, adolescentes e jovens. Os especialistas do instituto fornecem aos profissionais informações de base científica e material de apoio, que inclui dois livros, duas revistas, adesivos, cartazes, vídeos e um jogo.

Segundo informações do Inca, o público-alvo do programa é formado por alunos do primeiro e segundo segmento do ensino fundamental. Os temas abordados incluem tabagismo, uso do

álcool, alimentação inadequada, exposição excessiva à radiação solar, inatividade física e sexo sem proteção.

Assunto: MEC lança plataforma digital para melhorar ensino médio
Fonte: Agência Brasil EBC
Data: 27/11/2018



O Ministério da Educação (MEC) lançou hoje (27) o Programa Escola do Adolescente, que vai oferecer, por meio de uma plataforma digital, formação e apoio técnico a professores e gestores de escolas públicas. O objetivo é melhorar o desempenho de estudantes nos anos finais do ensino fundamental, ou seja, do 6º ao 9º ano.

“O ensino fundamental 2 é uma das etapas que tem tido menos política, que tem sido menos pensada. Temos muita coisa para o ensino médio, para a alfabetização, para anos iniciais [do 1º ao 5º ano do ensino fundamental]”, diz o ministro da Educação, Rossieli Soares, durante o lançamento em Brasília. “É preciso trazer oportunidade de apoiar as escolas nessa etapa”, complementou.

Para participar, estados e municípios devem fazer a adesão ao programa. O prazo começa no dia 10 de dezembro e vai até o dia 31. Em seguida, as escolas farão a adesão, de 11 a 31 de dezembro.

Todas as escolas com anos finais do ensino fundamental poderão participar. Para as 13 mil escolas públicas com alto índice de vulnerabilidade, ou seja, com mais de 50% dos alunos com Bolsa Família, o MEC vai repassar R\$ 360 milhões, no âmbito do programa Novo Mais Educação.

Os recursos deverão ser usados para ampliar o tempo dos estudantes na escola e para que as escolas implementem programas para a aprendizagem. Do total, R\$ 220 milhões serão repassados ainda em 2018. Em 2019, serão repassados, os R\$ 140 milhões restantes.

Desempenho e avaliação

Segundo o MEC, a plataforma vai oferecer instrumentos para tornar as aulas mais atrativas. Além de acesso a materiais específicos, que ajudarão gestores e professores tanto nas aulas quanto a entenderem melhor os estudantes, as escolas terão acesso a um diagnóstico detalhado com o desempenho dos estudantes, taxa de aprovação, entre outros dados.

A plataforma fornecerá ainda instrumentos para a realização de avaliações de matemática e português dos estudantes nos anos finais. Estarão disponíveis ferramentas de escuta da percepção que os estudantes têm sobre o ambiente escolar. Além de uma área de compartilhamento de boas práticas.

“Sabemos pouco a respeito de como o adolescente aprende, o que caracteriza esse adolescente, a plataforma servirá para a formação e fortalecimento da gestão pedagógica e apoio a gestão”, diz a secretária de Educação Básica da pasta, Kátia Smole. “Queremos trazer para o centro da conversa uma palavra às vezes esquecida: aprendizagem. Os estudantes precisam aprender na escola”.

Soares assinou hoje a portaria que institui o programa. Segundo Kátia, o governo atual deixará, para a equipe do presidente eleito Jair Bolsonaro, tudo organizado para que a plataforma comece a ser usada nas escolas a partir de 2019. “Estamos deixando a plataforma, ferramenta de gestão, roteiro de trabalho, constituição de rede de governança, para que as redes e as escolas possam começar 2019 com insumo bastante grande para dar continuidade a esse programa”, disse.

Indicadores

Os indicadores educacionais mostram que o desempenho dos estudantes tem queda nos anos finais do ensino fundamental, intensificando no ensino médio – etapa com os piores indicadores. Ao final do ensino fundamental, de acordo com os últimos dados disponíveis, em 2017, 45% das escolas não alcançaram a meta do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

Além disso, de cada 100 alunos, cinco concluíram a etapa com o aprendizado adequado em português e três em matemática, de acordo com parâmetros do MEC. Na rede pública, 14,5% dos estudantes reprovam ou abandonam os estudos no ensino fundamental nas escolas públicas.

Assunto: Primeira infância é fundamental para o desenvolvimento de adultos saudáveis

Fonte: Portal Andi

Data: 27/11/2018



Em audiência pública conjunta nas Comissões de Educação (CE) e de Assuntos Sociais (CAS) na quarta-feira (21), psicólogos, médicos e educadores apontaram a importância dos investimentos e de cuidados na primeira infância para o desenvolvimento emocional, intelectual, físico e mental dos futuros adultos. Os convidados também mostraram diferentes estudos, técnicas terapêuticas e experiências sobre o tema.

A presidente da CAS, senadora Marta Suplicy (sem partido-SP), que é psicóloga, lembrou que as experiências e hábitos das gestantes durante a gravidez e as situações vividas pela criança até os seis anos de idade são decisivos.

— Exatamente na primeira infância onde são desenvolvidas as emoções, os aspectos todos cognitivos e os instrumentos com os quais a criança vai contar para o resto da vida — afirmou.

Acolhimento

A psicóloga Jaqueline Wendland apontou o preconceito e a situação precária e vulnerável das mães e gestantes migrantes no Brasil e no mundo, sujeitas a uma série de ameaças e agressões. Jaqueline apresentou a iniciativa bem-sucedida da Assistência Pública dos Hospitais de Paris, que recebem imigrantes de várias nacionalidades, e defendeu o atendimento, o acolhimento e a integração destas famílias estrangeiras.

— Tem que dar as mãos para estas pessoas que estão no chão. A gente tem que levá-las para acompanhar este percurso. O cuidador da primeira infância vai ser como uma terra firme para pessoas que estão à deriva, para as pessoas que estão em situação de errância, um porto seguro. E é claro um acolhimento que tem que ser incondicional, integral de cuidados, para não perpetuar esta cadeia de traumas, violência, carência — relatou.

Abusos

O pediatra e psiquiatra infantil americano Joshua Sparrow destacou que os filhos de lares desestruturados, de pais presidiários e que abusam de drogas, e as crianças vítimas de maus-tratos e negligência sofrem e reproduzem um ciclo de pobreza e violência. Sparrow defendeu investimentos para reverter este cenário.

— Esse é um sistema que está repleto de traumas e grande pobreza. Então as mães estão transmitindo as suas experiências que não tiveram ajuda para superar para a próxima geração.

A audiência pública faz parte das atividades da 11ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz, no Senado Federal.

Assunto: Depressão deve ser prevenida a partir da infância, dizem especialistas

Fonte: Portal Andi

Data: 27/11/2018



Considerada o mal do século pela Organização Mundial de Saúde (OMS), a depressão já desponta como a terceira maior doença entre adolescentes e é a segunda principal causa de morte de jovens entre 15 e 25 anos no mundo.

A fim de prevenir o desenvolvimento desse transtorno mental nessa fase da vida é preciso dotar as crianças de habilidades socioemocionais para que sejam capazes, desde cedo, de lidar melhor com emoções e situações de estresse que possam desencadear a doença no futuro.

A avaliação foi feita por especialistas participantes do programa Ciência Aberta sobre depressão em jovens e adolescentes, exibido em 6 de novembro a partir do auditório da FAPESP. Realizado mensalmente, o programa é produzido pela FAPESP em parceria com o jornal Folha de S.Paulo.

“Se desde crianças as pessoas forem capazes de processar, entender e compreender melhor emoções, como tristeza, raiva e medo, elas terão muito mais clareza e condições para lidar com elas e, provavelmente, serão menos afetadas pelo estresse e outros sentimentos”, disse Adriana Fóz, pesquisadora do Laboratório Interdisciplinar de Neurociências Clínicas da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), em participação por vídeo.

De acordo com Guilherme Vanoni Polanczyk, professor do Departamento de Psiquiatria da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP), a maioria dos casos de depressão e de outros transtornos mentais começa na puberdade, provavelmente por influência dos hormônios sexuais. Segundo ele, nessa fase da vida, o número de casos de depressão aumenta substancialmente, principalmente entre meninas.

“Essa diferença de casos de depressão entre os sexos se mantém ao longo da vida. Já em crianças, a prevalência de depressão está em torno de 1%”, comparou Polanczyk, que coordena o Núcleo de Pesquisa em Neurodesenvolvimento e Saúde Mental da USP e é chefe da Unidade de Internação do Serviço de Psiquiatria da Infância e Adolescência do Instituto de Psiquiatria da mesma universidade.

Em adolescentes, os sintomas de depressão mais comuns são alteração de humor, caracterizada por predomínio de tristeza, melancolia e irritabilidade, juntamente com a perda de entusiasmo por atividades que despertavam interesse e prazer, além de mudanças nos padrões de sono e de apetite, maior sensação de cansaço e a persistência de pensamentos negativos sobre si e em relação ao futuro.

A existência desses sintomas por um período maior do que duas semanas e referências à morte e ao suicídio são sinais de alerta do desenvolvimento de um quadro de depressão, que pode

ocorrer uma única vez ou se repetir ao longo do tempo e resultar em um transtorno depressivo, explicaram os especialistas.

“Esse conjunto de sintomas não necessariamente implica um quadro de depressão, mas é um sinal de alerta”, ponderou Polanczyk.

O desconhecimento sobre saúde mental, a fantasia de que adolescência e juventude são períodos excelentes da vida e, portanto, não é possível estar deprimido nelas, além da opinião deturpada de que a depressão é sinônimo de fraqueza, dificultam o diagnóstico e, conseqüentemente, o tratamento da doença, apontaram os participantes.

“A depressão é uma vulnerabilidade que algumas pessoas apresentam em razão de um desequilíbrio neuroquímico e que precisa ser identificada e tratada. Quanto menor o tempo em que isso for feito, melhor para o paciente, que terá menos complicações ao longo da vida”, disse Sandra Scivoletto, professora de Psiquiatria da Infância e Adolescência no Departamento de Psiquiatria da FMUSP. A pesquisadora é responsável pela execução da orientação acadêmica do Serviço de Psiquiatria da Infância e Adolescência e pela residência em Psiquiatria da Infância e Adolescência no Instituto de Psiquiatria da FMUSP.

Papel da escola

Alguns fatores de risco para o desenvolvimento de depressão e outros transtornos mentais em adolescentes são a exposição ao bullying – atos reiterados de intimidação e violência física ou psicológica –, a exposição a maus-tratos e situações de violência na comunidade, além do uso de drogas.

Um dos fatores mais importantes, contudo, é a sensação de rejeição ou exclusão social, ressaltaram os pesquisadores. Alguns estudos mostraram que a sensação de solidão tem um impacto importante nos jovens e contribui para aumentar o risco de desenvolvimento de problemas de saúde mental, destacou Polanczyk.

“O adolescente, em razão de todos os processos pelos quais passa durante essa fase da vida, precisa de um grupo para se identificar e se sentir pertencente. Ele é muito mais sensível às rejeições sociais do que o adulto e a criança”, disse.

Uma vez que a escola é reconhecida como um espaço de aprendizado coletivo, além de um lugar tradicional de acolhimento, essa instituição pode exercer um papel importante para ajudar crianças e adolescentes a desenvolver habilidades emocionais, indicaram os participantes do evento.

“A aposta de ter uma escola para todos impõe para a própria instituição e para todo mundo uma experiência de convivência de lidar com as intolerâncias e com certos processos de exclusão que acontecem ali. A escola é um campo riquíssimo para acolher e criar espaços de convívio”, disse Maria Cristina Gonçalves Vicentin, professora do Curso de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Algumas das formas como a escola pode contribuir para a prevenção da depressão em adolescentes é falar mais abertamente sobre esse e outros problemas de saúde mental, desenvolver habilidades de mediação de conflitos para manejar o estresse e fortalecer os laços

de convívio. É também fundamental combater fatores de risco, como o bullying físico e o virtual – nas redes sociais –, e saber identificar os sinais de instauração de um quadro de depressão.

“A escola não é o lugar para se fazer o diagnóstico de casos de depressão em adolescentes, mas o professor pode identificar um aluno que está tendo alguma dificuldade e indicar uma avaliação por um especialista”, disse Scivoletto.

Os professores, porém, precisam de apoio, em termos de desenvolvimento de competências para discutir sobre depressão em sala de aula, e outros atores importantes, como a família e a comunidade, precisam participar desse diálogo, ponderou Vicentin.

“O que a gente sabe é que o suporte, em termos de desenvolvimento de habilidades socioemocionais, e a provisão de uma estrutura de apoio pela família e, de uma maneira mais ampliada, pela comunidade são fatores importantes de promoção de resiliência pelos adolescentes para enfrentar situações difíceis e lidar com o estresse”, disse Scivoletto.

“Sem esse apoio, o adolescente vai se sentindo sozinho para enfrentar uma situação difícil e isso pode gerar uma situação de desespero e, naquele momento, ele tomar uma atitude que pode ser definitiva em uma situação que era momentânea”, explicou.

Assunto: Ações contra exploração de crianças na internet prendem 61 suspeitos

Fonte: Portal Andi

Data: 27/11/2018



Ao menos 61 pessoas foram presas no país em duas operações policiais destinadas a combater a exploração sexual de crianças na internet em 22 estados nesta quinta-feira (22). O foco das ações é capturar suspeitos de produzir, possuir ou repassar imagens pornográficas de crianças.

As operações usaram tecnologia americana que permite rastrear o caminho deixado pelo compartilhamento na internet de imagens de pedofilia. Os detalhes de seu funcionamento não são divulgados para não atrapalhar investigações futuras.

A tecnologia vem sendo repassada para polícias de todo o mundo por autoridades dos Estados Unidos para combater globalmente a exploração sexual de crianças pela internet. Autoridades policiais argentinas lançaram uma operação simultânea em seu país usando como base a mesma tecnologia.

"Queremos deixar claro aquilo o que já disse anteriormente: não existe anonimato em rede social, não existe impunidade em rede social e a Polícia Federal tem condições de chegar a quem cometer esses crimes", disse o ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann.

"Esse é um crime asqueroso porque ele macula e profana a nossa juventude e as nossas crianças. Evidentemente isso as compromete e compromete também o nosso futuro", disse o ministro.

As penas previstas para os crimes de possuir e compartilhar imagens pornográficas com crianças variam de dois a oito anos de prisão. Já quando é comprovado que o suspeito produziu o material audiovisual, a pena de prisão pode chegar a 15 anos. Jungmann diz que os mandados de busca e apreensão foram expedidos após análise de 500 mil arquivos.

Segundo o ministério, ao menos 43 prisões foram realizadas pelas polícias estaduais como parte da operação Luz na Infância. Outras 18 pessoas foram presas pela Polícia Federal na operação Atalaia.

Ao todo, 300 policiais federais e 725 policiais civis participam das ações. Mais prisões podem acontecer nos próximos dias.

Assunto: Debatedoras criticam guarda compartilhada de filhos em casos de violência contra a mulher

Fonte: Agência Câmara

Data: 27/11/2018



Palestrantes criticaram a guarda compartilhada de filhos de pais separados no caso de abuso ou violência doméstica, em seminário sobre o tema na Câmara dos Deputados nesta terça-feira (27).

A Lei 13.058/14 prevê que a guarda compartilhada seja aplicada como regra geral mesmo se não houver acordo entre a mãe e o pai, a não ser que um dos genitores declare ao juiz que não deseja a guarda do filho. Na guarda compartilhada, o tempo de convívio com os filhos deve ser dividido de forma equilibrada entre a mãe e o pai.

A presidenta da ONG Vozes de Anjos, Ana Maria Iencarelli, denunciou casos em que a mãe acusa o pai de abuso ou violência doméstica, e o pai acusa a mãe de alienação parental, e o processo termina com a perda da guarda pela mãe, com a instituição da visita vigiada para ela ou até mesmo com o afastamento total da mãe. Segundo Ana Maria, a maior parte dos processos em que a mãe denuncia violência doméstica vira processo de alienação parental. “A vara de família tem como dogma que todas as mães fazem alienação parental”, opinou.

Da plateia, Cláudia Cristina Santos relatou que é uma das mães que sofreu isso. Ela disse que, depois que denunciou violência doméstica, sofreu “processo devastador na Justiça”, “discriminação do Poder Judiciário” e perdeu a guarda do filho. “Qual o crime que cometi, de ser mãe, cuidar bem do meu filho e denunciar um agressor? ”, questionou.

Perpetuação da violência

Dulcielly Nobrega de Almeida, coordenadora do Núcleo de Defesa da Mulher da Defensoria Pública do Distrito Federal, também é contrária à guarda compartilhada em caso de violência doméstica. Para ela, o instituto da guarda compartilhada vem sendo usado para perpetuar outras formas de violência contra a mulher.

Segundo a defensora pública, muitas vezes o homem terceiriza o cuidado dos filhos para outras mulheres, como avós e madrastas, e não tem intenção de dividir responsabilidades de fato, e sim quer instituir uma nova forma de poder sobre a mulher. Ela destacou ainda que, por medida protetiva instituída por ordem judicial, muitos agressores não devem se aproximar da mulher, e isso dificultaria a guarda compartilhada dos filhos.

Caso a caso

Favorável à Lei da Guarda Compartilhada, Marcela Prado, do Instituto Brasileiro do Direito de Família, disse que no direito da família, cada caso é um caso. Para ela, a vara de violência doméstica tem que trabalhar junto com a vara de família e, se houver violência doméstica isso tem que ser levado em conta na aplicação da lei da guarda compartilhada. Ela pontuou, porém,

a possibilidade de o agressor se recuperar e ressaltou que o objetivo principal deve ser sempre resguardar o direito da criança.

O juiz Richard Pae Kim, auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça, concorda: “Há momento para proteger e há momento para restaurar, auxiliar até mesmo o agressor, o que é importante para reestruturação dos vínculos familiares”, opinou. Todavia, segundo ele, não se pode aplicar uma lei - a da guarda compartilhada - e deixar de aplicar as demais - como a Lei Maria da Penha (11.340/06), que coíbe a violência doméstica.

Mas, para Larissa Peixoto Gomes, doutoranda do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que também estava na plateia e participou do debate, a Lei Maria da Penha deve se sobrepôr à Lei de Alienação Parental ou à Lei da Guarda Compartilhada.

Mudança na lei

Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, a deputada Ana Perugini (PT-SP) afirmou que o resultado do seminário pode ser uma proposta de mudança na Lei da Guarda Compartilhada. “Não temos estudo do impacto das leis na vida dos cidadãos: só conhecemos os impactos depois de a lei já estar sendo aplicada”, disse. Até 2014, a legislação previa a guarda compartilhada “sempre que possível”, e não como regra.

O seminário internacional continua nesta tarde de terça e na quarta-feira. O evento é promovido pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados, pela Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher, pela Secretaria da Mulher da Câmara e pela Procuradoria da Mulher no Senado Federal.

Assunto: Depoimento especial - Rio instala mais nove salas para ouvir crianças

Fonte: CNJ

Data: 27/11/2018



Nove Salas de Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Crimes serão inauguradas nesta quinta-feira, dia 29, em nove municípios fluminenses. A cerimônia oficial será realizada no Núcleo de Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes (Nudeca) da Gamboa, às 14h, com a presença do Presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Milton Fernandes de Souza, e do Corregedor-Geral da Justiça, desembargador Claudio de Mello Tavares.

O evento será transmitido por videoconferência para os fóruns de Duque de Caxias, Volta Redonda, Cabo Frio, Bangu, Teresópolis, Campos de Goytacazes, Itaperuna e Alcântara, marcando a inauguração simultânea de todas as salas. Em Teresópolis, a sala de Depoimento Especial era compartilhada com a Vara Criminal mas, a partir de quinta-feira, passará a funcionar separadamente.

O Rio de Janeiro é um dos pioneiros nessa prática, e conta, desde 2012, com três salas de Depoimento Especial, incluindo a de Teresópolis. As outras duas funcionam, respectivamente, no Fórum Central e em Madureira. Para que fosse possível a inauguração de novas salas, assistentes sociais, comissários de justiça e psicólogos do TJRJ se especializaram como entrevistadores. A técnica de entrevista é baseada na linha cognitiva comportamental e a sala especial é decorada para que a criança se sinta à vontade, mas não fique muito distraída a ponto de não conversar com o entrevistador.

A Lei Federal 13.431, em vigor desde o início do ano, tornou o Depoimento Especial obrigatório no Brasil e determinou que apenas órgãos autorizados e com profissionais especializados ouçam as crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de abuso sexual

usando uma sala especial, para evitar que fiquem frente a frente com o réu. Segundo a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança e o ECA, a criança tem o direito de ser ouvida em processos judiciais ou administrativos que lhe dizem respeito e de ser protegida de sofrimentos durante o processo de audiência. Na maioria dos casos, o depoimento da vítima é a forma mais eficaz de responsabilizar o agressor.

“Somente envolvendo toda a sociedade na prevenção das diversas espécies de abuso, poderemos pensar em um mundo menos violento e sob novas formas de sociabilidade social. Uma sociedade norteadada pelo princípio da dignidade humana, sem discriminação de gênero, raça, idade ou orientação sexual, uma sociedade que respeite todas as crianças e adolescentes como sujeitos de direito e de fato”, disse o corregedor-geral da Justiça, desembargador Claudio de Mello Tavares.

Assunto: Associações de auxílio a crianças com microcefalia denunciam golpe

Fonte: Portal G1 PE

Data: 27/11/2018



Representantes de Organizações Não-Governamentais que auxiliam para crianças com microcefalia e suas famílias denunciaram à Polícia Civil a ação de duas mulheres que, segundo as vítimas, têm usado o nome das instituições para arrecadar dinheiro. Segundo os representantes, fotos reais das famílias foram usadas. **(Veja vídeo acima)**

A denúncia foi feita no Departamento de Repressão aos Crimes Patrimoniais (Depatri), em Afogados, na Zona Oeste do Recife. De acordo com Pollyana Dias, presidente da Aliança de Mães de Famílias Raras (Amar), comerciantes do polo de confecções de Santa Cruz do Capibaribe, no Agreste, foram abordados no dia 21 de novembro por duas mulheres, que pediram valores a partir de R\$ 10 usando o nome da instituição.

"[Os comerciantes] se sentiram sensibilizados pela causa e marcaram para doar a quantia no domingo. Foi quando o Centro Administrativo da Moda me ligou e me disse que estavam na delegacia e iam entregar as mulheres que fizeram essa maldade", afirma a presidente.

O inquérito policial foi aberto em Santa Cruz do Capibaribe, mas as mães que integram a Amar e a União de Mães de Anjos (UMA) também quiseram prestar queixa no Depatri, no Recife. Na capital pernambucana, o departamento só pode dar início às investigações do caso se a soma do prejuízo ultrapassar 40 salários mínimos, atingindo cerca de R\$ 40 mil.

Fotos reais das famílias

Para muitas das mães que foram à Polícia Civil, o que motivou a ida à polícia foi o uso de fotografias reais das famílias, retiradas de redes sociais. A prática configura o crime de uso indevido de imagens. "O que gera mais revolta é o uso da imagem das nossas crianças para ganhar dinheiro", diz a dona de casa Andreza Siqueira.

Presidente da UMA, Germana Soares afirma que as doações são importantes para manter o trabalho das instituições, mas as pessoas precisam tomar cuidado.

"A sociedade precisa se precaver para não cair no 'conto do vigário'. É importante ver se a instituição existe, se tem redes sociais, se tem conta bancária no nome da própria instituição", alerta.

De acordo com a Polícia Civil, as duas pessoas detidas em Santa Cruz do Capibaribe prestaram depoimento e vão responder ao inquérito em liberdade.

Assunto: Porteiro corta cabelos de crianças em ação voluntária em escola de Olinda

Fonte: Portal G1 PE

Data: 27/11/2018



O porteiro Célio Carlos Bezerra trabalha na Escola Municipal Dona Brites de Albuquerque, que fica em Bairro Novo, Olinda. No local, ele aproveita a hora do recreio para desempenhar uma função que vai além daquelas para as quais foi contratado. Num ato de solidariedade, ele corta os cabelos dos meninos, com a autorização dos pais e da direção da escola. **(Veja vídeo acima)**

Além de porteiro, Célio também é cabeleireiro. No salão improvisado, na parte de trás da escola, sobram atenção e carinho. Ele tem 47 anos e nasceu em Arcoverde, no Sertão. Morador de Paulista, no Grande Recife, ele viveu 15 anos em Portugal, onde começou a cortar os cabelos de amigos.

De volta ao Brasil, fez um curso profissionalizante. Em Rio Doce, em Olinda, ele atende depois do expediente da escola. O corte de cabelo e barba custa R\$ 15, mas na escola, o serviço é feito de graça.

“Já corre no sangue aquela vontade de fazer o bem ao próximo e eu vi que aqui era um prato cheio, cheio de crianças. Hoje, você corta o cabelo de um, quando você tá cortando, o do outro já está grande”, explica o porteiro barbeiro.

Segundo Célio, ele decidiu cortar os cabelos dos meninos após ver a necessidade que alguns dos responsáveis tinham.

“Eu comecei a observar que tinham casos de a pessoa não cortar o cabelo, ou via que não foi um profissional que cortou. Eles vinham cheios de falhas no cabelo. Comecei a ajeitar. Primeiro, vi uma criança com cabelo muito grande e eu via que ali o problema era financeiro. Mas a gente faz sem perguntar”, explica o porteiro.



Professora da escola, Gilvanete da Silva explica que a ação de Célio traz bons resultados para além da estética das crianças.

“Quando o visual é completo, desde o cabelo, a roupa e a higiene pessoal, dá um ‘up’ na sala de aula. Eles ficam melhores, ficam mais sorridentes fica bem, uns com os outros”, explica a professora.

Depois do expediente da escola, Célio atende pessoas de todas as idades. O local também é um espaço para solidariedade.

“Eu tenho uma meta de cortes aqui, para fazer uma ação social. Se tenho dez cortes mensais na barbearia, depois fazemos trabalho em instituições”, complementa o profissional.

Assunto: ONU denuncia que seca tem levado afegãos a vender seus filhos

Fonte: Jornal do Comércio de PE

Data: 27/11/2018

jornal do commercio

Enquanto o Afeganistão atravessa a pior seca em décadas, com milhões de afegãos em risco de fome, alguns "vendem" seus filhos para pagar dívidas ou comprar comida, alertou a ONU nesta terça-feira (27).

Pelo menos 161 crianças, incluindo seis meninos, foram "vendidos" durante um período de quatro meses nas províncias afegãs de Herat e Badghis, segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

Essas crianças têm entre um mês e dezesseis anos de idade, disse uma porta-voz da UNICEF, Alison Parker, durante uma coletiva de imprensa em Genebra. Alguns são apenas bebês, mas já estão noivos, detalhou.

Crianças prometidas, casadas ou vendidas

Falando à margem de uma conferência internacional sobre os esforços de reforma do governo afegão, que acontece até quarta-feira na sede da ONU em Genebra, Parker afirmou que as crianças que foram interrogadas entre julho e outubro foram "prometidas, casadas ou vendidas porque seus pais estavam endividados".

"Antes da seca, mais de 80% das famílias já estavam endividadas", disse ela, acrescentando que muitas pessoas que esperavam pagar suas dívidas após a colheita não conseguiram.

Parker explicou que "a prática do casamento infantil é uma espécie de norma social enraizada no Afeganistão", com 35% da população observando essa prática em todo o país e até 80% em alguns lugares.

Presentes em Genebra para a Conferência sobre o Afeganistão, membros da sociedade civil afegã expressaram consternação com o fenômeno das meninas "vendidas".

"É muito, muito chocante", declarou Suraya Pakzad, que dirige a organização Voice of Women no Afeganistão.

"As pessoas precisam desesperadamente de ajuda, especialmente comida", acrescentou ela.

Segundo a ONU, pelo menos três milhões de afegãos estão em situação de absoluta emergência alimentar e correm risco de fome em consequência da seca devido à falta de chuva e neve no inverno passado.

O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) apontou em um comunicado no sábado que realizou sua primeira "ponte aérea" no oeste do Afeganistão no sábado para entregar milhares de barracas para pessoas deslocadas pelo conflito e seca.

O ACNUR planeja realizar um total de 12 voos a partir do Paquistão.

A seca e o conflito desalojaram mais de um quarto de milhão de afegãos nesta região desde abril, segundo o ACNUR.

Atualmente, cerca de 220 mil famílias vivem em abrigos improvisados nas províncias de Herat, Badghis e Ghor, e com a aproximação do inverno, o ACNUR constatou um aumento no número de crianças mortas.

Assunto: Cartinhas de Natal do Movimento Pró-Criança ainda podem ser adotadas

Fonte: Diário de PE

Data: 27/11/2018



Crianças e jovens atendidos pelo Movimento Pró-Criança escreveram cartinhas com pedidos de Natal e espalharam pelo Centro Universitário Estácio do Recife. A Campanha de Natal Solidário acontece desde o dia 18 de outubro, mas ainda restam cartinhas esperando por um padrinho.

Os interessados em apadrinhar uma criança com um presente, neste fim de ano, podem ir à sede da Estácio, localizada na Av. Eng. Abdias de Carvalho, bairro do Prado, Zona Oeste do Recife. As cartas podem ser recolhidas até o dia 1º de dezembro e a entrega dos presentes é feita na própria instituição até o dia 5.

"Muitas cartas ainda não foram adotadas. Quem quiser colaborar e fazer uma criança feliz neste natal, as portas estão abertas. Contamos com esse ato de solidariedade da população" • , comenta Rone Cesário, Pró Reitor de Cultura e Extensão da Estácio.

A campanha é uma idealização da Pastoral do Movimento, em parceria com a Estácio Recife, que disponibilizou 500 cartinhas das crianças e jovens do Movimento para campanha desse ano.

Assunto: Fóruns da infância divulgam atas e enunciados de suas últimas edições

Fonte: Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude

Data: 27/11/2018



O Fórum Nacional de Justiça Juvenil (FONAJUV) e o Fórum Nacional de Justiça Protetiva (FONAJUP), divulgaram as atas e enunciados. O XXIII FONAJUV e o V FONAJUP aconteceram entre os dias 12 e 14 de novembro de 2018, no Grand Park Hotel, em Campo Grande (MS).

No XXIII FONAJUV foram definidos 3 enunciados sobre o cumprimento de medidas socioeducativas. O evento também contou com a discussão de temas como: o Projeto de Lei n.º 7.197/2002 (Revisão das Medidas Educativas do ECA), a ratificação da posição contrária do FONAJUV quanto à redução da maioria penal, por unanimidade e também a apresentação dos Painéis “*Monitoramento Eletrônico de Adolescentes em Conflito com a Lei: Possibilidades, Pressupostos e Requisitos de Durabilidade*” e “*Depoimento Especial: Antecipação Cautelar de Prova nos Procedimentos Infracionais*”. Confira no endereço abaixo os enunciados:

<http://abraminj.org.br/inf.php?idAtual=38&idTela=178>

No V FONAJUP foi definido novo enunciado que trata sobre o apadrinhamento de pessoas maiores de 18 (dezoito) anos não inscritas nos cadastros de adoção. No Fórum os magistrados participaram de 3 mesas de trabalho, com temas como: "Construindo o Fluxo do Acolhimento Institucional", "Discussão sobre o SIGA e Enunciados do próprio Fórum" e discussão sobre o Programa "Amparando Filhos". Confira no endereço abaixo os enunciados:

<http://abraminj.org.br/inf.php?idAtual=38&idTela=192>

Assunto: MPPE recomenda que novo curador do Lar Rejane Marques seja nomeado para receber BPC de crianças e adolescentes com deficiência

Fonte: MPPE

Data: 27/11/2018



Pela melhoria dos serviços públicos para crianças e adolescentes, o Ministério Público de Pernambuco (MPPE) recomendou à Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Política sobre Drogas e Direitos Humanos do Recife que substitua, em 30 dias, o curador, nos autos dos processos judiciais de cada um dos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC), acolhidos no Lar Rejane Marques, atualmente sob a gestão municipal.

É também necessário que haja outras medidas perante o INSS, visando regularizar os recebimentos do BPC e envie ao MPPE informações sobre as atitudes adotadas e a documentação para fins de comprovação.

Segundo denúncias feitas ao MPPE, o Lar Rejane Marques, organização não governamental, encerrou suas atividades, em virtude de restrições financeiras, que impedem a continuidade do serviço. Assim, o município do Recife, a partir de acordo assumido em audiência, assumiu as atividades da ONG desde 1º de outubro de 2018.

Na instituição encontram-se acolhidas crianças e adolescentes com deficiência e beneficiárias do BPC, as quais estão sem recebê-lo há cerca de três meses em razão da falta de solicitação de substituição de curador, ao que tudo indica, por indefinição ou ausência de nomeação do novo dirigente pela gestão municipal.

O não atendimento da recomendação implicará na adoção de outras medidas pelo MPPE.

Assunto: CIJ/CNMP realiza visitas técnicas a unidades de cumprimento de medidas socioeducativas e de acolhimento institucional no Maranhão

Fonte: CNMP

Data: 27/11/2018



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

A Comissão da Infância e Juventude do Conselho Nacional do Ministério Público (CIJ/CNMP) realizou, entre os dias 19 e 23 de novembro, visitas técnicas a cinco unidades socioeducativas e quatro unidades de acolhimento do Estado do Maranhão. Com sua presença, a comissão cuida para que jovens cumpram medidas socioeducativas em locais dignos, para viabilizar uma reinserção social, conforme preceitua o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Participaram das visitas às unidades os promotores de Justiça Darcy Ciraulo e Deijaniro Jonas, membro auxiliar e colaborador, respectivamente, da CIJ/CNMP.

Após as visitas técnicas, realizou-se, na sede do Ministério Público do Estado do Maranhão (MP/MA), no dia 23 de novembro, reunião para que a CIJ/CNMP repassasse aos membros locais as situações observadas. Na oportunidade, a equipe da comissão destacou alguns pontos negativos encontrados, como a existência de facções criminosas dentro das unidades, o que dificultaria a frequência dos internos à escola, bem como a irregularidade nos contratos de trabalho dos educadores socioeducativos. Já os pontos positivos são a boa estrutura física das unidades pertencentes ao Estado do Maranhão e o fato de existirem oficinas profissionalizantes nas unidades.

Em relação às unidades de acolhimento, um dos pontos negativos foi a existência de um abrigo misto para adolescentes, e um ponto positivo seria o abrigo para crianças na primeira idade (0 a 6 anos), mantido pelo TJ/MA.

De acordo com o conselheiro Leonardo Accioly, presidente da CIJ/CNMP, quando esteve presente nas unidades de Alagoas, Minas Gerais, Roraima, Distrito Federal, Piauí e Acre, tais visitas técnicas são “a efetivação do compromisso assumido pela CIJ e pelo CNMP para, em diálogo permanente com as unidades do Ministério Público, aproximar o cumprimento das medidas socioeducativas de internação e semiliberdade dos objetivos traçados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase)”.

Participaram da reunião, além da equipe da CIJ/CNMP, o procurador-geral de Justiça do Maranhão em exercício, Francisco das Chagas; e os membros do MP/MA com atribuições na área da Infância e Juventude Fernanda Helena, Eliane da Costa, Fátima Arvzo e Fabíola Fernandes, chefe de gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça.